

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura**  
**e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a**  
**agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária**

**Período de Análise: 01/08/2013 a 31/08/2013**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Acerto para encerrar conflito indígena em MS está "amadurecido", diz ministro.</b> Sílvia Costa – Folha de São Paulo, Poder. 13/08/2013 .....	3
<b>BA – Três comunidades rurais se unem para defender a regularização fundiária de áreas coletivas</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 15/08/2013 .....	4
<b>Restringir demarcação de terras indígenas é inconstitucional, diz jurista</b> – Site do MST. 15/08/2013.....	5
<b>Desapropriação na região do Cariri cearense beneficia 60 famílias</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/08/2013 .....	7
<b>Governo usa Justiça como desculpa para omissão em demarcações, diz indigenista.</b> Raul Montenegro – Folha de São Paulo, Poder. 23/08/2013 .....	8
<b>Incra continua retomada de lotes irregulares em Itaquiraí (MS)</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/08/2013.....	9
<b>Incra/SE conquista novo imóvel para a reforma agrária</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/08/2013 .....	10
<b>Incra cria assentamento no município paranaense de Tibagi</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/08/2013.....	10
<b>Incra destinará 1,5 milhão de hectares de terras para assentamentos no biênio 2013-2014</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/08/2013.....	11
<b>“Governo Dilma abandonou a Reforma Agrária”, afirma Alexandre Conceição</b> – Site do MST. 28/08/2013 .....	12
<b>Fazenda em Chorozinho (CE) é desapropriada para reforma agrária após decisão do STF</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 29/08/2013.....	15
<b>Novo sistema de gestão fundiária agiliza certificação de imóveis rurais</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/08/2013.....	16
<b>Assentamentos do Incra elevam a densidade populacional de Sidrolândia(MS)</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/08/2013 ..	18
<b>Incra cria assentamento em Rondon do Pará</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/08/2013.....	19

**Acerto para encerrar conflito indígena em MS está "amadurecido", diz ministro. Sílvia Costa – Folha de São Paulo, Poder. 13/08/2013**

A proposta do governo federal para destravar o conflito entre índios e fazendeiros em Mato Grosso do Sul deverá entrar em vigor até o final deste ano, afirmou nesta terça-feira (13) o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Cardozo esteve em Campo Grande para discutir acerto pelo qual a União repassará TDAs (Títulos da Dívida Agrária) ao governo do Estado, para uso na indenização de produtores rurais com terras dentro da chamada Terra Indígena Buriti, na região de Sidrolândia (70 km de Campo Grande). Em maio, um índio terena foi morto durante uma reintegração de posse na região.

Os TDAs, títulos da dívida pública federal, são o principal instrumento usado pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para a desapropriação de áreas para reforma agrária.

Os fazendeiros receberiam pelo valor de mercado das terras, e não somente pelas benfeitorias, como prevê a Constituição em casos de indenização em homologações de terras indígenas.

"Eu não vou falar em prazo, acho que até antes disso [um ano] pode ser feito [o acordo para desapropriação], a meu ver, porque está muito amadurecido. Claro que há dificuldades a superar, temos que ver quais terras vamos adquirir, a avaliação das terras a adquirir e a indenizar. Não é uma coisa simples", disse Cardozo.

A reunião em Campo Grande envolveu ainda índios, produtores, Incra, Funai (Fundação Nacional do Índio) e Ministério Público Federal. Serviu para troca de informações sobre a proposta, mas nada foi oficializado.

O centro da disputa na região de Sidrolândia são 17,2 mil hectares reivindicados pelos índios terena como parte da Terra Indígena Buriti.

O governador André Puccinelli (PMDB-MS) continuou a manifestar ressalvas em relação ao arranjo, o que já havia feito na semana passada, após primeiro anúncio sobre o possível acordo. Disse que é preciso ajustar o valor dos TDAs para que o Estado não fique no prejuízo.

"O Estado não vai bancar o deságio [dos TDAs]. Queremos auxiliar o processo, desde que nenhum ônus financeiro recaia sobre o Estado", afirmou.

Segundo o advogado tributarista Plínio Aranha Junior, o deságio (redução de valor) é inerente às negociações de TDAs. Em negociações regulares, feitas com produtores rurais que tiveram terras desapropriadas para reforma agrária, o governo federal emite e repassa esses títulos aos donos das áreas. Esses títulos podem ser vendidos em prazos que variam de 5 a 20 anos.

No caso específico da proposta do Planalto, os títulos seriam emitidos para o governo do Estado.

Segundo Cardozo, possíveis deságios serão compensados com uma emissão de TDAs até 20% superior ao valor estimado das terras.

No próximo dia 27, a mesma proposta deverá ser apresentada a produtores rurais que disputam terras com índios guarani-caiova em Mundo Novo, Paranhos e Iguatemi, no sul do Estado, e com os terena, das aldeias Cachoeirinha e Taunay, de Aquidauana e Miranda, respectivamente.

---

### **BA – Três comunidades rurais se unem para defender a regularização fundiária de áreas coletivas – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 15/08/2013**

Esfomeado I e II e Vargem Comprida estão entre as comunidades tradicionais de Fundo de Pasto em que as famílias querem preservar o seu jeito de viver no campo, produzindo coletivamente e a partir do que é disponível na Caatinga. A dificuldade que estas comunidades têm encontrado é de garantirem a regularização fundiária destas terras coletivas que vem sendo ocupadas por muitas gerações destas famílias.

(Racismo Ambiental)

Valdivino Rodrigues, da Articulação das Comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, explica que as famílias, através da associação e da Articulação, já estão lutando a muito tempo para regularizar, mas há pouco mais de dois anos o processo foi retomado pelo CDA (Coordenação de Desenvolvimento Agrário). Em 2013, o Estado está realizando a ação discriminatória das áreas destas três comunidades, que consiste separar o que é público do que é privado, para, a partir desta identificação, regularizar as áreas de Fundo de Pasto.

No último dia 08 de agosto, a pedido destas três comunidades, foi realizada uma reunião na comunidade de Esfomeado, com representantes comunitários, equipe Técnica e Jurídica do CDA, Articulação Regional da Articulação das Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto, Irpaa, CPT e outras pessoas envolvidas na questão. O objetivo do encontro foi dialogar acerca da questão e encaminhar algo para sua solução.

Cristiane Ribeiro, presidente da Associação de Esfomeado, explica que esta reunião é uma demanda das comunidades até mesmo para esclarecer quais os direitos das famílias que trabalham na terra e dão uma razão social para ela. “O primeiro momento foi sentar com o CDA, a gente precisa sentar, precisa discutir, precisa conversar para saber quem está certo, quem está errado, até onde está o problema”, esclarece. Ela diz ainda que é em momento como estes que o apoio de entidades ligadas à questão agrária na região semiárida fortalece a ideia de que a terra coletiva é um direito das comunidades que fazem o uso social dela.

Na oportunidade, o CDA explicou qual seu papel neste processo e qual a missão da equipe neste dia na comunidade. “Foi de fundamental importância a reunião porque todos falaram”, considera Luís Chamusca, Engenheiro Agrônomo e técnico da Comissão especial de Discriminatória administrativa Rural das comunidades de Esfomeado, Vargem Comprida e Mari.

Valdivino explica que é responsabilidade do Estado tanto de realizar a ação discriminatória através da Comissão especial do CDA, como de avaliar relatório da ação discriminatória e dar a palavra final do que é terra particular e o que é terra devoluta, através da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Ele esclarece que o processo é garantir que as terras devolutas sejam regularizadas para as associações de Fundo de pasto, assegurando assim a permanência destas pessoas no campo. “A nossa intenção e desejo é que as coisas aconteçam e que as comunidades saiam ganhando de forma mais comunitária, de forma mais coletiva”, defende.

#### *Ameaças*

Nas proximidades das comunidades em questão tem a presença da Mineradora Caraíba e Surubim explorando o cobre. As áreas de Fundo de Pasto já foram reduzidas pela presença destas mineradoras e ela tem se tornado uma ameaça a este jeito de viver no sertão.

Nestas comunidades, o representante da Associação de Vargem Comprida, Airton Felix diz que a presença da mineradora e de grileiros por conta dela, são ameaças. “Tem pessoas que estão inseguras em relação ao Fundo de Pasto e não sabem como está sendo resolvido, com isto cria uma expectativa grande de medo, de receio. E todo mundo que tem sua área de 10 hectares, como nunca precisou delimitar a sua área, todo mundo criava solto, tinha aquela área para tratar um animal ou fazer um cultivo de subsistência, hoje estão com medo disso, estão tentando aumentar a sua área, por causa do advento da mineração e do grileiro”, denuncia.

O CDA informou que o parecer técnico da ação discriminatória, que dura em torno de três meses, será divulgado a partir do mês de setembro. O órgão tem até o dia 20 deste mês para finalizar esta fase de ação discriminatória.

---

### **Restringir demarcação de terras indígenas é inconstitucional, diz jurista – Site do MST. 15/08/2013**

*Por Luciano Nascimento*

*Da Agência Brasil*

O jurista Dalmo Dallari disse ontem (13) que “qualquer proposta que objetive transferir para o Congresso a demarcação de terras indígenas é escancaradamente inconstitucional”. Ele deu a declaração ao se referir ao Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 215.

A proposta, em tramitação desde 2000, transfere para Congresso Nacional a prerrogativa de aprovar a demarcação de terras indígenas e quilombolas, atualmente de competência do Executivo. Dallari participou de uma audiência pública para debater a constitucionalidade da PEC.

Com o plenário ocupado por índios de várias etnias, Dallari disse que a participação do Parlamento na demarcação e homologação de terras indígenas fere a Constituição. Na avaliação do jurista, que participou da Assembleia Constituinte, como constituinte popular, a proposta tem três aspectos inconstitucionais.

“Ela [a proposta] afeta a regra fundamental da separação dos Poderes, ao transferir para o Legislativo uma atribuição administrativa típica do Executivo”; disse Dallari, acrescentando que a PEC prevê que as terras indígenas só se tornariam inalienáveis após a ratificação da demarcação pelo Congresso, “quando, na verdade, a Constituição estabelece, a respeito disso, que as terras indígenas são inalienáveis”.

Para o jurista, o texto relativiza os direitos dos índios à terra, atrelando-o ao processo de demarcação. “O direito dos índios não depende da demarcação, a Constituição diz que eles índios já têm o direito à terra. A demarcação é apenas um ato administrativo para traçar os limites da terra”, declarou.

O terceiro aspecto citado pelo jurista diz respeito ao fato de a PEC 215 atribuir ao Congresso o poder de também ratificar as demarcações já homologadas. Com a PEC, “aquilo que já foi demarcada pode voltar atrás, pode ser retificado”, disse referindo-se à possibilidade, criada pelo projeto, do Congresso rever a homologação das terras que já foram homologadas. “Uma demarcação é um ato administrativo, é um absurdo isto que está proposto”.

O ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Carlos Frederico Marés também disse que a proposta é inconstitucional. Ele ponderou que o projeto condiciona o direito dos índios à terra a aprovação da demarcação e homologação pelo Congresso. De acordo com Marés, a Constituição consagrou aos índios o princípio do direito originário, pois são os primeiros e naturais donos da terra e que o seu direito é anterior a qualquer outro. “Os povos indígenas têm direitos às terras indígenas desde sempre”, disse.

A PEC 215 foi defendida pelo ex-deputado Almir Sá, autor da proposta e pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da PEC. Almir Sá questionou o papel da Funai na demarcação das terras indígenas e citou o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. “A Funai demarca as terras de maneira arbitrária e não há espaço para questionamento da outra parte”, declarou.

Para Serraglio, não há conflito entre o papel dos Poderes Executivo e Legislativo. Ele disse que a Constituição dá margem para que o Congresso intervenha no processo de demarcação ao estabelecer que é da competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar nas terras indígenas a exploração de minérios e recursos hídricos. “Se a

Constituição diz que para explorar minério e para botar uma usina em território indígena é o Congresso quem autoriza, sem a participação do Executivo, como é que não pode tratar da demarcação?”, indagou.

Após o debate, Serraglio disse que irá propor uma emenda suprimindo do projeto a competência do Congresso de ratificar as demarcações já homologadas.

Lideranças indígenas presentes criticaram a iniciativa e pediram aos parlamentares o arquivamento do projeto. A integrante da direção nacional da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Sonia Guajajara, disse que a PEC atende ao interesse do agronegócio e ataca os direitos indígenas e o direito da população brasileira ao meio ambiente.

“Os índios são responsáveis por preservar o meio ambiente, qualquer levantamento mostra que onde tem terra indígena a floresta está preservada. Se a gente entregar as terras indígenas nas mãos do Congresso Nacional elas vão passar para as mãos do agronegócio e nós estaremos destruindo o meio ambiente no Brasil”, disse.

O cacique da Etnia Hani-kuin, do Acre, Ninawa Hani-kuin, ponderou que, caso a proposta seja aprovada não haverá mais demarcação de terras indígenas no país. “Se passar, acho que não vai mais ter demarcação e os índios vão acabar indo para os centros urbanos viver miseravelmente e sem condições”, disse.

---

### **Desapropriação na região do Cariri cearense beneficia 60 famílias – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/08/2013**

O Incra no Ceará recebeu, na quarta-feira (21), a posse do imóvel rural Caldeirão Santa Rita, no município de Barro, na região do Cariri. A área será destinada à criação de um assentamento para 60 famílias. O superintendente da autarquia no estado, Roberto Gomes, o representante da presidência do Incra, Roberto Kiehl, além de servidores, autoridades locais e famílias acampadas participaram da solenidade, na casa sede da fazenda.

Depois do acesso à terra, as famílias esperam agora pelos benefícios do programa federal de reforma agrária. Para Francisca Valdemira da Silva (53), casada e mãe de seis filhos, a desapropriação da fazenda é a chance de melhores condições de moradia depois de sempre viver em casa de taipa, sem piso. “Nem sei como vai ser quando for pisar na cerâmica da casa, meu Deus, vou deixar sempre limpo”, diz, sorrindo, ao lembrar do que ouviu sobre as casas construídas nos assentamentos.

Já a garantia de um futuro melhor para os filhos é a expectativa do agricultor José Cláudio dos Santos (38), que desde muito cedo trabalhou para ajudar no sustento dos cinco irmãos mais novos depois que o pai foi atrás de trabalho em outro estado e a mãe faleceu. Com idas e vindas para o estado de São Paulo, onde ia cortar cana-de-açúcar, ele agora deseja se fixar e produzir na região onde nasceu e cresceu, pensando no futuro

dos gêmeos e da filha. “A gente se fixando aqui e produzindo vai dar um futuro melhor para os filhos”, diz.

A área possui boas condições hídricas, com 14 açudes e um poço profundo. Há, ainda, a casa sede e um pequeno engenho no terreno. As moradias do futuro assentamento serão erguidas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida Rural (PMCMVR). Programas de créditos do Banco do Nordeste e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) também serão disponibilizados.

“Nós sabemos que o processo de reforma agrária é muito mais que o acesso à terra, é um processo integral, com acesso à saúde, habitação, energia elétrica e a programas de compra justa da produção”, explicou o superintendente Roberto Gomes, na fala dirigida aos futuros assentados.

Como agentes importantes para o desenvolvimento dos assentamentos foram citadas as parcerias com programas federais desenvolvidos por outros ministérios e com os governos estaduais e municipais. “O nosso programa de reforma agrária não termina com o acesso à terra, ele na verdade se inicia após esse estágio”, concluiu.

Caldeirão Santa Rita foi a primeira área imitada na posse pelo Incra no município de Barro e a quinta deste ano no Ceará. Outras áreas desapropriadas nos municípios de Crateús, Caridade, Tamboril e Trairi beneficiaram um total de 126 famílias. As famílias desejam nomear o futuro assentamento de “Beato Zé Lourenço”, em referência ao líder religioso da comunidade autossustentável do Sítio Caldeirão, no município de Crato, dizimada por forças estaduais e federais em 1937.

---

### **Governo usa Justiça como desculpa para omissão em demarcações, diz indigenista. Raul Montenegro – Folha de São Paulo, Poder. 23/08/2013**

O governo brasileiro usa a morosidade da Justiça do país como desculpa para justificar o pequeno número de demarcações de terras indígenas feitas durante a gestão Dilma Rousseff, afirma o ex-presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio) Márcio Santilli.

Em reunião feita com índios nesta quarta (22), os ministros Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) e José Eduardo Cardozo (Justiça) responsabilizaram a demora da Justiça brasileira pela continuidade de alguns conflitos no país. O encontro aconteceu na mesa de negociação criada pelo Planalto para ouvir as demandas dos povos indígenas.

Segundo Santilli, que é fundador da entidade ISA (Instituto Socioambiental), porém, o Palácio do Planalto é omissivo mesmo em casos que não estão judicializados. De acordo com ele, existem hoje 21 processos de demarcações de terras indígenas que estão parados no Ministério da Justiça.



"É uma clara indicação de omissão política e de retardamento. Esses processos estão livres de qualquer pendência administrativa ou judicial. Portanto, só não assina porque não quer", afirma.

Em entrevista à *Folha*, o indigenista também criticou o ritmo de homologação de terras indígenas na gestão Dilma. No governo da petista, uma média de 400 mil hectares dessas áreas foram demarcados anualmente. Seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, criou 2,3 milhões de hectares por ano, em média, e Fernando Henrique Cardoso, 5,1 milhões.

Santilli também respondeu ao argumento de que, no país, existem muitas terras indígenas para poucos índios: "98,5% da extensão total das terras indígenas do Brasil estão na Amazônia Legal. Pouco mais de 1% está no resto do país, onde vive praticamente metade da população indígena".

---

### **Inkra continua retomada de lotes irregulares em Itaquiraí (MS) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/08/2013**

A Superintendência do Incra em Mato Grosso do Sul iniciou, na semana passada, uma ação de retomada de lotes irregulares no estado. O fato está amparado em lei prevendo que arrendar, permutar, comprar ou vender lotes da reforma agrária é ilegal, portanto, crime. A ação está acontecendo nos assentamentos Santo Antônio e Lua Branca, em Itaquiraí, extremo sul do estado, onde está prevista a retomada de 60 lotes.

Vistorias realizadas pelo Incra em 2011/2012 confirmaram irregularidades na ocupação de pelo menos 10% dos 30 mil lotes, o que equivale a 3 mil parcelas. Desde o começo deste ano pouco mais de 1.200 famílias foram notificadas e solicitadas a desocuparem espontaneamente as áreas, o que não aconteceu, e está sendo transformado em ações judiciais para os devidos despejos.

Segundo a Procuradoria do Incra, já foram encaminhadas à Justiça Federal 400 ações contra venda de lotes em assentamentos do órgão no estado. São documentos com todos os dados apurados que poderão resultar no despejo da família que ocupa irregularmente os lotes, como ocorrem atualmente em Itaquiraí, onde 15 famílias já desocuparam os lotes sob força policial.

O superintendente do Incra/MS, Celso Cestari, lamenta a situação dos despejados e afirma que está cumprindo determinação da Justiça Federal. "A prática de compra e venda de lotes da reforma agrária, é mais grave do que a maioria pensa. É crime tipificado na Constituição. A pena para quem compra e vende lotes da reforma agrária pode chegar até seis anos de prisão", ressalta Cestari.

---

### **Incra/SE conquista novo imóvel para a reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/08/2013**

A Superintendência Regional do Incra em Sergipe assegurou a conquista de mais um imóvel rural que será destinado ao assentamento de famílias sem-terra.

A Fazenda Gravatá, localizada no município de Adustina, no estado da Bahia, teve sua posse imitada em favor da autarquia federal em ato público realizado na manhã desta segunda-feira (26) no próprio imóvel. "A obtenção da Fazenda Gravatá é mais uma conquista que demonstra o empenho do Incra em promover, por meio da reforma agrária, uma nova realidade na região. Seguiremos trabalhando por uma distribuição fundiária mais justa, com acesso à terra a um número maior de famílias e um novo estímulo ao desenvolvimento social", afirmou o superintendente regional do Incra/SE, Leonardo Góes.

Vistoriado pelo Incra em 2008, o imóvel, com extensão de 630,8 hectares, dará lugar a um projeto de assentamento com capacidade para 15 famílias. A Fazenda Gravatá é a sexta área obtida pelo Incra/SE somente este ano – a segunda no município de Adustina.

Além de responder por todas as ações relacionadas à reforma agrária e ao ordenamento fundiário no território sergipano, o Incra/SE atua, também, em Adustina e em outros 15 municípios baianos que fazem divisa com o estado de Sergipe.

---

### **Incra cria assentamento no município paranaense de Tibagi – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 26/08/2013**

O Incra criou na última sexta-feira (23) mais um projeto de assentamento no estado do Paraná. O assentamento Nossa Senhora Aparecida II fica em Tibagi (PR), na região dos Campos Gerais, e vai abrigar 12 famílias em uma área de 270 hectares. Este é o primeiro assentamento criado a partir da nova metodologia de implantação de projetos pelo Incra, que estabelece prazos para implantação de infraestrutura e serviços de assistência técnica.

O processo de obtenção do novo assentamento foi por meio de compra (Decreto Nº 433/92). A aquisição de imóveis para fins de reforma agrária pela modalidade compra e venda permite ao Incra a obtenção de áreas consideradas de interesse social, porém não passíveis de desapropriação.

A área foi comprada pelo Incra em outubro de 2012, em um investimento de R\$ 1,7 milhão, dos quais aproximadamente R\$ 18 mil foram pagos em moeda corrente (referente às benfeitorias da área) e o restante será resgatado por meio de Títulos da Dívida Agrária. "Nesse processo de aquisição, o proprietário recebe compensação por valores de mercado", diz o superintendente regional do Incra/PR, Nilton Bezerra Guedes.

A partir de agora, o Incra vai providenciar a atualização cadastral do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Além disso, dentro de 60 dias, a autarquia vai realizar ações de inclusão das famílias assentadas no CadÚnico para viabilizar o acesso às políticas municipais, estaduais e federais. A demanda por energia elétrica será formalizada também no prazo de 60 dias.

O Incra vai encaminhar também às entidades financiadoras e à Coordenação Nacional do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) a relação de beneficiários do Projeto de Assentamento como demanda prioritária de atendimento, em um prazo de 180 dias, assim como as demandas por soluções hídricas (abastecimento de água e saneamento ambiental), de infra-estrutura (estradas), aplicação de créditos e assistência técnica rural.

---

### **Incra destinará 1,5 milhão de hectares de terras para assentamentos no biênio 2013-2014 – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/08/2013**

Levantamento das superintendências regionais do Incra apresentado à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento mostra que a autarquia já trabalha, neste ano, com 480,478 mil hectares para intervenção agrária em todo o País. Esse número, se somado à capacidade instalada do Incra para vistoriar 1 milhão de hectares até o final de 2014 – como foi anunciado pelo presidente do Incra, Carlos Mário Guedes de Guedes, durante encontro com movimentos sociais no início de 2013 –, resultará num potencial de 1,5 milhão de hectares para criação de assentamentos no biênio 2013-2014. A previsão de investimento em obtenção no período é de R\$ 600 milhões.

Conforme esclarece o diretor de Obtenção de Terras do Incra, Marcelo Afonso, os 480,478 mil hectares que já estão em fase de intervenção do Incra neste ano são suficientes para assentar 15.080 famílias. Apenas as superintendências da Bahia, Pernambuco, Ceará, São Paulo, Tocantins e Médio São Francisco já criaram, ao todo, 19 assentamentos neste primeiro semestre, totalizando 20.943 mil hectares utilizados.

Com base em avaliação da Diretoria de Obtenção, a quantidade de assentamentos tende a crescer em todos os estados porque 199 imóveis (358.673 mil hectares) desapropriados e adquiridos já foram pagos aos seus proprietários ou tiveram seus valores depositados em juízo. E outros 60 imóveis, num total de 100.861 hectares, estão em fase de análise para pagamento.

#### *Plano de Compromisso*

O diretor Marcelo Afonso explica que o plano de compromisso definido no início deste mês, durante seminário com a participação de todas as chefias de divisões de Obtenção de Terras das superintendências regionais, consolida as mudanças no novo rito processual, conforme orientações das portarias 5, 6 e 7 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Acesse as portarias aqui.

Ele adianta que a obtenção é, agora, qualificada, seguindo várias etapas. “O perito federal agrário sairá a campo depois de realizar uma vistoria inicial, na qual terá que avaliar o imóvel pelo valor de mercado; concluir um estudo das possíveis atividades produtivas da área num cenário amplo da agricultura familiar; fazer a projeção de renda mínima das famílias; levantar as principais necessidades do imóvel para instalação de um assentamento – vias de acesso, água, energia –; identificar passivos ambientais e indicar medidas mitigadoras, além de relacionar as políticas públicas nas quais poderão ser incluídos os agricultores”, exemplifica.

#### *Diagnóstico e preferência*

Outra modificação na atividade da obtenção de terras é a exigência de um diagnóstico regional de áreas de atuação prioritárias do Incra para instalação de assentamentos, como as de maior índice de risco social e insegurança alimentar. A seleção das famílias, acrescenta o diretor Marcelo Afonso, ocorrerá obedecendo a ordem de preferência, de acordo com a Portaria nº 6, do MDA. “Em assentamentos que ainda tenham vaga disponível, a preferência se dará também para agricultores jovens e com vínculo familiar no local”, ressalta.

---

#### **“Governo Dilma abandonou a Reforma Agrária”, afirma Alexandre Conceição – Site do MST. 28/08/2013**

Por Iris Pacheco

Da Página do MST

O governo Dilma apresenta o pior índice de desapropriação de terras dos últimos 20 anos. Em 2012, apenas 28 imóveis rurais foram alvo de decreto. Em 2013, nenhum imóvel foi desapropriado até o momento.

Durante o primeiro semestre desse ano, movimentos sociais do campo realizaram diversas jornadas de lutas, com pautas conjuntas ou específicas, colocando a necessidade emergencial do governo realizar a Reforma Agrária no Brasil.

De acordo com Alexandre Conceição, da Coordenação Nacional do MST, o governo abandonou a Reforma Agrária e absteve-se de cumprir a sua obrigação constitucional.

Conceição também afirma que, no próximo período, o MST vai intensificar as jornadas de lutas contra a ofensiva do capital estrangeiro e fará ocupações de latifúndios improdutivos.

Ao mesmo tempo, fará alianças para consolidar a construção do projeto da Reforma Agrária Popular, diante da necessidade de mudança do modelo agrícola do país.

Confira a entrevista concedida à Página do MST:

*O governo permanece em silêncio no quesito Reforma Agrária. Qual é sua avaliação sobre essa postura?*

O governo Dilma abandonou a Reforma Agrária. Ao fazer isso, não está apenas se acovardando, mas cometendo uma violação constitucional - que perdura desde o estabelecimento da Constituição - e que no último período tem se agravado de maneira muito crítica.

Essa postura do governo deixa claro a opção em benefício do latifúndio e sua posição de refém da aliança com o agronegócio.

*Por que o governo não desapropria latifúndios para a Reforma Agrária?*

Porque o governo aposta no agronegócio como modelo de desenvolvimento para o campo. Temos dialogado com o governo, mas sem resultados concretos.

Segundo dados do Incra, atualmente há mais de 180 milhões de hectares classificados como grande propriedade improdutivo no país. O governo não se mexe para promover a democratização da terra.

Não conseguimos nada porque o núcleo central do governo não quer saber da Reforma Agrária. Diariamente novos procedimentos e portarias são inventados e emperram ainda mais o processo.

A Reforma Agrária depende de desapropriações de grandes propriedades improdutivas, como determina a Constituição.

*Quanto de recursos públicos o governo destina para os agricultores familiares e para os latifundiários?*

Neste ano, foram disponibilizados R\$ 21 bilhões no Plano Safra 2013/2014 para a agricultura familiar. O valor é 16,6% maior que o destinado ao setor no ano passado, de R\$ 18 bilhões.

Para o agronegócio, no entanto, se disponibilizou R\$ 136 bilhões, ou seja, dez vezes mais investimentos do que à agricultura familiar, responsável por produzir 70% dos alimentos e gerar nove empregos por hectare.

Além disso, o agronegócio, que está completamente endividado, protela as dívidas com o governo brasileiro, enquanto as dívidas dos agricultores familiares nos bancos demoraram para serem renegociadas.

*Os índices de produtividade ainda são um entrave em todo o processo?*

O índice de produtividade do Brasil não é atualizado desde 1975 e segue sendo um dos piores da América Latina. Nesses mais de 30 anos, o campo passou por muitas mudanças e se torna inconcebível nivelar a produção agrícola atual com a de 1975.

O governo não teve a coragem de rever a questão dos índices. Essa revisão, sem dúvidas, proporcionaria um grande desentrelaçamento na Reforma Agrária no país.

*Qual o reflexo para o campo com a inoperância da Reforma Agrária?*

Reflete-se na violência do campo. Além de inoperante, é um governo de composição inclusive com o latifúndio e, por isso, não enfrenta os ruralistas e não desapropria terras para Reforma Agrária.

Sem avanços na democratização da terra, o Movimento intensificará a luta e ocupará latifúndios para enfrentar a ofensiva contra os povos do campo.

Nesse aspecto, o Judiciário se converte no principal conivente do latifúndio: é super ágil para criminalizar os Sem Terra, mas ao mesmo tempo garante a impunidade dos crimes do latifúndio.

*Como você vê o discurso do governo sobre o Judiciário ter emperrado o processo de novas áreas para criação de assentamento em 2013?*

Além de garantir a impunidade dos conflitos no campo, o Poder Judiciário segurará os processos de criação de novos decretos para desapropriações de áreas.

Dos atuais 523 processos envolvendo Reforma Agrária no país, 234 estão paralisados.

Portanto, é dever do governo Dilma trabalhar de forma articulada com o Judiciário para que se resolvam os impasses que deixam as áreas numa situação jurídica indefinida por anos.

*Qual é a importância da Reforma Agrária para a sociedade?*

Atualmente, 85% das terras agricultáveis no Brasil cultivam soja, enquanto que a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de alimentos para consumo interno, mesmo tendo apenas 15% das terras agricultáveis do país.

O agronegócio é apenas uma forma de se apropriar do lucro obtido pelo comércio agrícola, mas não resolve os problemas do povo. Ao contrário, apenas piora, principalmente pela incidência do uso de agrotóxicos e transgênicos no país, que têm afetado a saúde do povo brasileiro.

Esse modelo não serve para o Brasil. Precisamos de um modelo que garanta a produção de alimentos saudáveis para a sociedade brasileira por um custo de obtenção considerável. Assim, cria empregos e formas de vida saudáveis para a população camponesa não se marginalizar nos grandes centros urbanos.

Permitirá desenvolver técnicas de aumentar a produtividade e a produção sem destruir a biodiversidade do planeta.

O viés para efetivar a construção desse modelo é o projeto da Reforma Agrária Popular, que defende a desapropriação massiva de áreas improdutivas, tendo a agroecologia como base para o desenvolvimento do campo.

*Diante dessa conjuntura, como o Movimento pretende atuar no próximo período?*

O MST vai continuar lutando e ocupando os latifúndios improdutivos, combatendo a monocultura e lutando contra a ofensiva do capital estrangeiro na agricultura brasileira.

O governo precisa mexer no índice de concentração fundiária do país, em vez de investir em programas compensatórios que não promovem a Reforma Agrária, levando aos assentados e assentadas o endividamento crônico.

Ao mesmo tempo, vamos costurar alianças que consolidem a construção do projeto de uma Reforma Agrária Popular para o Brasil, ao representar a necessidade de mudança do modelo agrícola do país.

É necessário reorganizar o setor agroindustrial, baseado em cooperativas e não grandes empresas transnacionais. Adotar a matriz tecnológica da agroecologia, preservar o meio ambiente e frear o êxodo rural para as grandes cidades.

---

### **Fazenda em Chorozinho (CE) é desapropriada para reforma agrária após decisão do STF – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 29/08/2013**

Quando duas oficiais de justiça chegaram, na manhã desta quarta-feira (28), à fazenda Dulcinéia, em Chorozinho, a 64 km de Fortaleza, as famílias acampadas tiveram o sinal de que podiam entrar no imóvel rural. Então seguiram em procissão até a casa sede onde, enfim, participaram do ato de transmissão de posse da fazenda ao Incra/CE. Era o fim de uma espera que durou três anos. A desapropriação da fazenda pôde ser concluída depois que uma decisão favorável do mesmo STF, tomada no último dia 1o, permitiu à autarquia realizar a posse legal da área e encerrar o conflito agrário na região.

Na solenidade as famílias comemoraram o acesso à terra com música e discursos emocionados. Representantes dos acampados foram convidados a assinar o termo de posse como testemunhas e entregaram medalhas de “Colaboradores da Reforma Agrária” a pessoas que contribuíram para a desapropriação da área.

Dulcinéia agora será um assentamento de reforma agrária para 20 famílias, nomeado de Agroverde pela comunidade, que deseja produzir alimentos através de um cultivo sustentável e sem uso de agrotóxicos. A área tem potencial para produção de mandioca e prática da cajucultura, bastante forte nesta região do Ceará. A criação de cabras, gado e abelhas também estão entre outras opções de geração de renda para as famílias, segundo laudo de vistoria produzido pelo Incra.

O superintendente do Incra/CE, Roberto Gomes, presente na solenidade, ressaltou como fator de desenvolvimento para o assentamento a união dos entes governamentais. “Essa união é de extrema importância para que o assentamento receba projetos e ações para o seu desenvolvimento”.

Com a desapropriação de Dulcinéia, o Incra/CE alcança a marca de seis imóveis rurais desapropriados este ano. As outras cinco áreas foram desapropriadas nos municípios de Barro, Crateus, Caridade, Tamboril e Trairi. Quando transformados em assentamentos, os imóveis rurais irão beneficiar 206 famílias de trabalhadores rurais sem terra.

#### *Decisão do STF favorece reforma agrária*

Na decisão que possibilitou a ação de posse ao Incra, o STF anulou um Mandato de Segurança (MS) favorável ao então proprietário, uma agroindústria, que questionava o decreto presidencial que declarou a fazenda de interesse social para fins de reforma agrária. Com a anulação do MS também foi revogada a liminar parcial concedida em maio de 2010 pela Corte que impedia o ato de posse da fazenda ao Incra/CE, mas que mantinha o processo de desapropriação em vigor.

Segundo matéria do portal do STF ([acesse aqui](#)), a Suprema Corte também reconheceu a legalidade dos atos administrativos realizados pelo Incra/CE durante o processo de desapropriação da fazenda.

Todas as alegações do então proprietário acerca de supostas irregularidades feitas pela autarquia no curso do processo foram negadas pela Corte no julgamento do MS, de número 28160.

---

#### **Novo sistema de gestão fundiária agiliza certificação de imóveis rurais – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/08/2013**

A partir do próximo dia 23 de novembro, a certificação de imóveis rurais no Brasil será feita somente por meio digital. Os dados do imóvel serão lançados em ambiente automatizado pelo responsável técnico da propriedade, diretamente no Sistema de Gestão Fundiária (Sigef). A nova ferramenta de gestão da malha fundiária brasileira foi apresentada pelo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Regularização Fundiária (Incra), Carlos Guedes, para autoridades, analistas e gestores públicos, oficiais de registro de imóveis, rede de profissionais credenciada, dentre outros presentes. O lançamento, nesta quinta-feira (29), na 36ª Expoiner, em Esteio (RS) contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas.

Guedes destacou que o novo sistema traz agilidade, transparência, segurança e simultaneidade na certificação, além da redução de custos para o produtor rural. Outra vantagem, apontada pelo presidente da autarquia, é a integração de dados fundiários com outros órgãos públicos para validação do georreferenciamento. O Incra poderá, por exemplo, gerir contratos com entes públicos como a Secretaria de Patrimônio da União,



Funai, Instituto Chico Mendes, institutos de terras dos estados, além da integração com os cartórios de registro de imóveis.

“Estamos no processo de revolucionar a segurança jurídica aos imóveis rurais, e dar condições ao Brasil entrar em um novo momento que caracterizamos como governança responsável da terra,” salientou Carlos Guedes.

### *Sigef*

O Sigef foi desenvolvido pela Secretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Serfal/MDA) em parceria com o Incra. O sistema possui capacidade operacional de análise de 20 mil processos por mês. Com a implementação do Sigef, todos os dados geoespaciais das propriedades rurais brasileiras vão ser integrados em uma base de informação única e de acesso público.

Na primeira fase de implantação do sistema serão lançados os dados da regularização fundiária da Amazônia Legal. Posteriormente entram os dados dos projetos de assentamento em todo Brasil, visando à regularização fundiária e ambiental desses imóveis. Haverá ainda um período de testes pela rede de profissionais credenciados, para lançamento de dados de imóveis a serem certificados. O Sistema entrará em fase de teste, ambientação, capacitação técnica.

Por ser automatizado, o Sigef elimina a análise humana sobre o processo, restringindo-a aos casos de sobreposição, auditoria e fiscalização. Quando aprovada, a certificação será emitida automaticamente, já no caso de inconsistências o sistema emitirá uma notificação ao interessado.

Thiago Marra, da Serfal, um dos elaboradores do sistema, explica que com o Sigef a gestão das terras brasileiras vai dar um salto de qualidade. “Pela primeira vez vamos ter um sistema com grande capacidade de análise de dados georreferenciados, garantindo segurança das informações com o uso de certificados digitais”, destaca. Segundo Marra, dados georreferenciados são informações cartográficas obtidas com o uso de GPS de alta precisão, o que garante fidelidade entre as divisas reais da propriedade e o que está expresso nos mapas.

### *Norma de Georreferenciamento*

Carlos Guedes assinou ainda a portaria que homologa a 3ª Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais (NTGIR), que foi atualizada e está totalmente voltada para a gestão da certificação por meio digital. Integram a Norma, o Manual Técnico de Limites e Confrontações que contém orientações sobre como realizar a descrição dos limites dos imóveis rurais, ou seja, o que medir, não considerando o proprietário e sim o bem imóvel; e, o Manual Técnico de Posicionamento que explica como medir o imóvel.

A 3ª NTGIR possibilita a utilização de novos métodos de posicionamento, utilizando sensoriamento remoto para limites naturais como rios, encostas e montanhas,

eliminando, obrigatoriedade de implantação de marcos físicos, em alguns casos. Também possibilita a alteração das precisões para limites artificiais e naturais.

O diretor de Ordenamento Territorial do Incra, Richard Torsiano, explicou que a nova norma, adequada às características tecnológicas atuais, será integrada ao Sigef. A iniciativa vai facilitar o trabalho de campo, permitindo a identificação dos polígonos do imóvel por imagens de satélite de alta resolução, nas áreas físicas inacessíveis. “Tudo isso representa redução de custos para o produtor”. Se os dados lançados pelo técnico estiverem corretos, imediatamente o Sistema gera a planta do imóvel e sua certificação, que poderá ser levada para registro no Cartório de Registro de Imóveis.

A norma anterior previa ação diferenciada para a Amazônia Legal. Já a 3ª NTGIR unificará os procedimentos para todo o País. A nova norma atenderá os profissionais de georreferenciamento e proprietários de imóveis públicos e privados. A norma, também, será utilizada pelo programa Terra Legal.

#### *Cooperação Ministério da Agricultura*

Carlos Guedes também assinou Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) que estabelece a integração de dados fundiários do Incra dentre eles o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e o Acervo Fundiário Digital. O Incr, poderá compartilhar os dados agropecuários produzidos pelo Mapa por meio da Plataforma de Gestão Agro.

#### *Certificação*

Ainda na sua apresentação, Guedes demonstrou que hoje há imóveis certificados em 3.250 municípios no Brasil. A área destas localidades corresponde a 350 milhões de hectares, sendo que 38% desse total ou 132 milhões de hectares de 56,7 mil imóveis, já é certificada. O Valor da Produção Bruta nesses imóveis soma R\$ 84 bilhões, ante o VPB de todo o País, que é de R\$ 143 bilhões.

---

#### **Assentamentos do Incra elevam a densidade populacional de Sidrolândia(MS) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/08/2013**

Com 22 assentamentos instalados dentro do município, Sidrolândia, na região leste de Mato Grosso do Sul, e a 70 quilômetros de Campo Grande, tem o maior crescimento de populacional do estado. A informação foi divulgada nesta sexta-feira (30) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrando avanço de 6,84% em relação ao ano passado, onde está incluída a população dos assentados pelo Incra, que é mais de 15 mil pessoas ou 31% dos atuais moradores de Sidrolândia, calculado pelo IBGE em 48.027 indivíduo.

O IBGE divulgou, nesta quinta-feira (29) uma estimativa populacional brasileira para junho de 2013. Segundo o referido Instituto, a população brasileira já é de 201.032.714, com um incremento de 7.085.828 pessoas em um ano.

O aumento acentuado da população de Sidrolândia nos últimos anos se deve à ação do Incra que implantou nos últimos anos os 22 projetos de assentamento, levando lá 4.221 famílias (considerando quatro membros para cada grupo familiar). O grande número de assentados levou a autarquia a instalar no centro da cidade, um escritório para atender com mais qualidade as demandas dos assentados.

A população assentada de Sidrolândia só perde para a de Ponta Porã, que em seus 15 assentamentos abrigam 4.506 famílias podendo chegar a 20 mil pessoas, ou seja, 25% da população daquele município. É lá que está localizado um dos maiores assentamentos do país, o Itamarati, que sozinho concentra em seus 50 mil hectares cerca de 3 mil famílias.

Em todo o estado o Incra assentou 30 mil famílias, em 178 assentamentos. Considerando-se quatro pessoas por família, pode-se concluir que nos assentamentos do estado habitam cerca de 120 pessoas.

---

### **Incra cria assentamento em Rondon do Pará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/08/2013**

Foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (29), a Portaria de criação do assentamento Deus te Ama, no município de Rondon do Pará. O assentamento possui área de 2.765 hectares e foi criado no antigo imóvel rural Fazenda Santa Mônica. Outra demanda antiga da região está prestes a ser atendida. É a aquisição da Fazenda Rondônia, que deve se tornar um assentamento nos próximos meses.

O superintendente regional do Incra no Sul do Pará, Eudério Coelho, lembra que a criação dos assentamentos é fruto do compromisso firmado pela autarquia perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) para amenizar o conflito do qual resultou o homicídio do líder sindical José Dutra da Costa, o Dezinho. Dezinho era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará e foi assassinado em 21 de novembro de 2000, por questões ligadas à reforma agrária.

O Estado brasileiro se comprometeu perante a OEA a criar estes assentamentos em um Acordo de Solução Amistosa firmado em dezembro de 2010, beneficiando as famílias pelas quais Dezinho lutava e buscava garantir direitos.

#### *Infraestrutura*

No prazo de 60 dias, o Incra realizará ações em parceria com a prefeitura Rondon do Pará para a inclusão das famílias candidatas no CadÚnico. Isso permitirá o acesso às políticas públicas municipais, estaduais e federais. Dentre elas destacam-se as obras de infraestrutura.

O Inbra abriu processo licitatório para a construção de 72 quilômetros de estradas vicinais e pontes dentro do assentamento. Está em curso ainda, o processo de elaboração de projeto para a perfuração de três poços artesianos, a fim de garantir a qualidade da água para as famílias do Deus te Ama.

Ainda no prazo de 60 dias, será formalizada a demanda de energia elétrica ao Comitê Estadual do Programa Luz para Todos.

Também serão prestados uma série de outros serviços tais como, Assistência Técnica e Extensão Rural e topografia e demarcação de parcelas. Há também o encaminhamento da relação de beneficiários do assentamento como demanda prioritária de atendimento pelo Programa Minha Casa Minha Vida, bem como o encaminhamento de solução hídrica junto à coordenação do Programa Água para Todos, do Ministério da Integração Nacional, e o encaminhamento ao Programa de Engenharia de Saúde Pública, da Fundação Nacional de Saúde.

#### *Outros assentamentos beneficiados*

Dentro das ações previstas no Acordo de Solução Amistosa resultante do caso Dezinho, estão várias obras de construção e recuperação de estradas vicinais que atenderão outros assentamentos de Rondon do Pará. São eles o Água Branca, Gavião, José Dutra Costa, Nossa Senhora Aparecida, Nova Vitória, Rainha da Paz e Unidos para Vencer.

Cerca de 190 quilômetros de estradas serão recuperadas e 51 pontes serão construídas. No total serão aplicados mais de R\$ 14 milhões atendendo 544 famílias assentadas.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,  
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,  
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**CPDA** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa